

UMA POÉTICA E UMA POLÍTICA NO ATO DE LER: DIÁLOGOS COM ROGER CHARTIER E MICHEL DE CERTEAU

JOSÉ DOS SANTOS COSTA JÚNIOR*

RAQUEL SILVA MACIEL**

ORIENTADORA: REGINA COELLI GOMES NASCIMENTO***

O artigo problematiza um conjunto de leituras teóricas desenvolvidas junto ao Programa de Educação Tutorial do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), cujo objetivo central foi pensar como as práticas de leitura e o próprio ato de ler foram incorporados ao campo de investigações do historiador a partir das reformulações metodológicas e epistemológicas propiciadas pela *nouvelle histoire* entre as décadas de 1970 e 1980, principalmente na França. Neste sentido, a discussão proposta no texto intenciona articular as escrituras dos historiadores franceses Roger Chartier e Michel de Certeau, localizando-os no interior do campo da História Cultural e considerando-os como atores fundamentais para a ampliação das abordagens temáticas na História, bem como profissionais que contribuíram para a emergência de novas reflexões na disciplina. O procedimento metodológico trilhado foi o seguinte: mapeamento temático das obras dos historiadores supracitados; articulação das escrituras de Chartier e Certeau com a intenção de elaborar eixos argumentativos e teóricos que aproximem os dois autores na perspectiva do estudo das práticas de leitura e, posteriormente, são expostas e aproximadas as considerações de ambos os autores acerca das concepções de leitor, apropriação, sentido e consumo. A partir das considerações tecidas no texto objetivamos contribuir para a oxigenação de debates no campo da História Cultural acerca das práticas de leitura, considerando o novo estatuto atribuído ao sujeito leitor, compreendendo-o não mais como passivo ou mero receptor e reproduzidor de mensagens socialmente difundidas, mas entendendo-o como sendo co-participante do processo de criação e produção de sentido e conhecimento.

Palavras-chave: Práticas de leitura, História Cultural, PET, Chartier, Certeau.

*Graduando em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do Programa de Educação Tutorial do curso de História da UFCG. E-mail: jose.junior010@gmail.com

**Graduanda em História na UFCG. Bolsista do Programa de Educação Tutorial do curso de História da UFCG. E-mail: quequelpb@hotmail.com

***Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente da Unidade Acadêmica de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Tutora do PET-História da mesma instituição. E-mail: reginacgn@gmail.com

A Nova História que se configurou a partir da segunda metade do século XX é caracterizada por construir, no contato com outros campos do saber, um conjunto de reformulações e renovações no interior da disciplina. Estas transformações se expressaram através de novos aportes teórico-metodológicos, novas problemáticas para a pesquisa histórica e também por uma considerável ampliação dos temas e objetos de pesquisa. Neste sentido, a História construiu novos modos de ler e interpretar as experiências humanas ao longo do tempo com base em novas perspectivas de análise.

Este texto busca contextualizar e problematizar o momento em que a atividade leitora foi incorporada às investigações do historiador, na tentativa de localizar este novo objeto historiográfico a partir de suas particularidades e modos específicos de conduzir a atividade da pesquisa. Nessa discussão, partimos das contribuições de dois estudiosos que marcaram fortemente o campo da História ao construírem análises sobre a atividade de leitura, considerando os agentes históricos inseridos neste processo e os protocolos que particularizam esta ação socialmente constituída.

Michel de Certeau

Foi um importante pensador do século XX, que nasceu em Chambéry, em maio de 1925 e faleceu em Paris no dia 9 de janeiro de 1986. Pesquisador incansável na busca por questões que envolviam diferentes aspectos e campos do saber como a História, a epistemologia, a antropologia e etc. Era historiador, filósofo, teólogo e também teve formação em Letras Clássicas. Suas análises e pesquisas são consideradas de grande relevância para muitas disciplinas, tendo em vista que o olhar que lançou para os problemas e aspectos sociais sempre tendeu a articular diferentes modos de conceber o conhecimento, produzindo articulações entre os saberes e construindo modalidades novas para repensar o próprio conhecimento. Sua elaboração teórica aborda as práticas cotidianas na sociedade moderna, atribuindo um novo estatuto para o “homem comum” e considerando as ações ordinárias e

banais como dotadas de significados próprios, não condizentes nem tampouco passivas em relação à ordem política e burocrática vigente.

Neste texto serão abordadas as contribuições que Certeau formulou para que pensemos a atividade leitora, mas seu pensamento envolveu um conjunto bem mais amplo de temas e problemas de natureza histórica, filosófica, linguística, psicanalítica e epistemológica.

Roger Chartier

Historiador formado pela Sorbonne de France, nascido em Lyon, na França, Chartier é um pesquisador referência em relação aos estudos sobre história do livro e das práticas de leitura na época moderna. Atualmente é docente do tradicional Collège de France, onde ministra a disciplina “Escrita e cultura na Europa Moderna”. É diretor de estudos e pesquisas históricas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS). Suas análises são desenvolvidas a partir de uma tríade essencial: práticas, representação e apropriação.

Neste texto serão apontadas algumas considerações e reflexões tecidas por este historiador sobre as práticas de leitura na sociedade moderna, buscando estabelecer aproximações com o pensamento de Michel de Certeau, de quem ele mesmo se aproximou para desenvolver suas pesquisas.

Por uma história da leitura

O conjunto dos novos objetos incorporados pela *nouvelle histoire* francesa contou com os olhares perspicazes e com a sensibilidade de Michel de Certeau e Roger Chartier na construção de um objeto¹ teórico diferenciado e exigente de novos modelos compreensivos: a

¹ “Já havia, é claro, uma área de estudo cujo objeto era a história do impresso e que se voltava para a produção, a presença e a circulação de livros em diversos contextos e épocas. Mas, observavam-se livros sem leitores, ou seja, não examinavam as múltiplas utilizações, manejos e formas de apropriação das obras. A intervenção de Chartier, propondo a realização de uma história da leitura como prática cultural, propiciou um avanço decisivo para esse campo de pesquisa”. Cf. Abreu, Márcia. *História dos textos, história dos livros e história das práticas culturais – ou uma outra revolução da leitura*. In: CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução de Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

leitura. Já na coleção “*Faire de l’histoire*”², dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora há um texto³ onde Chartier localiza a partir de que perspectivas será construída uma história do livro e das práticas de leitura.

Para a história do livro, os progressos do método quantitativo implicaram novas perspectivas. A medida instalou-se nessas duas maneiras de abordar o impresso: como mercadoria produzida para o comércio e para o lucro; e como signo cultural, suporte de um sentido transmitido pela imagem ou pelo texto” (CHARTIER & ROCHE, 1979: 99).

A análise parte da percepção de que o livro serve a diferentes interesses na sociedade e que a sua difusão é realizada através de barreiras e limitações de caráter econômico, mas também simbólico, na medida em que algumas produções poderiam ficar restritas a determinados grupos sociais que estivessem autorizados a ler e acessar o conjunto de informações que a obra dispunha. O livro é tido como uma produção social e cultural e, portanto, dotada das intenções e dos modos específicos de difusão de um corpo de ideias, valores e modelos compreensivos, tornando possível “[...] colocar face ao historiador, num campo homogêneo sem hierarquização e não exclusivo, todos os discursos que, num momento dado, tornam-se livros” (Id., *ibid.*: 100).

Roger Chartier propõe uma história da leitura que seja uma história dos diferentes modos de apropriação do escrito no tempo e no espaço – seja ele físico ou social -, tomando-se por referência a ideia de que a leitura é uma prática criativa e inventiva (o sentido desejado pelo autor não se inscreve de maneira direta no leitor) resultante do encontro das maneiras de ler e dos protocolos de leitura inscritos no texto (CHARTIER, 2003: 11).

O que marca a diferença deste autor em relação à leitura é o conceito de apropriação desenvolvido por ele e que, operacionalmente, abre a oportunidade de pensar a leitura por outros caminhos, como pretendemos demonstrar neste texto. Uma vez que busca fazer uma sociologia retrospectiva das práticas de leitura, a noção de apropriação torna-se elemento

² Esta coleção, organizada em três volumes (intitulada História – novos problemas; novos objetos e novas abordagens) é considerada um marco importante na construção da *nouvelle histoire* francesa a partir do final da década de 1960 e início da de 1970.

³ Escrito com Daniel Roche, nele são apresentadas as perspectivas de pesquisa na construção de uma história do livro e das práticas de leitura. Cf. CHARTIER, Roger & ROCHE, Daniel. *O livro: uma mudança de perspectiva*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974.

chave, porque “[...] postula a invenção criadora nos próprios processos de recepção” (Id., *ibid.*: 136). As práticas de leitura não devem ser classificadas de acordo com a divisão reducionista que opõe os grupos dos dominantes e os dominados, os letrados e os populares. Deve-se buscar “[...] compreender como os mesmos textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos” (Id., *ibid.*, 1991: 06).

Sendo assim é possível pensar como as práticas são historicamente produzidas tanto no tempo quanto no espaço e como o estudo delas nos permite descobrir hábitos esquecidos, relações entre indivíduos e desses com os objetos, além daquelas construídas com eles próprios. Por isso, é necessário desenvolver uma “[...] história das apropriações textuais, dos modos como foram lidos e mobilizados em diversos contextos culturais e sociais os mesmos textos que, conseqüentemente, já não eram os mesmos” (CHARTIER, 2010: 29).

Por muito tempo foram associados ao livro inúmeros poderes, sendo esses temidos e terríveis. Poder esse que foi relacionado por muitos ao saber que o livro seria capaz de transmitir. Alguns chegavam a acreditar que o excesso de leitura seria capaz de provocar a possessão diabólica e a loucura. Assim, “[...] de maneira duradora, impresso ou manuscrito, o escrito foi investido de um poder temido e desejado” (Id., *ibid.*: 23). Por esses poderes atribuídos aos livros muitos pregaram a destruição desses, sendo essas condenações associadas posteriormente ao fato de alguns livros se direcionarem a leitores tidos como incapazes, tolos que “[...] pretendem alcançar um saber que outrora só tinha preço para os sábios”⁴ (Id., *ibid.*: 24).

Segundo Roger Chartier é necessário realizar uma investigação que tenha por objetivo identificar diferentes práticas de leituras em diversas épocas e meios. É nesta direção que ele pesquisa as práticas e representações presentes nas leituras camponesas do século XVIII. Sua atenção recai sobre as leituras de grupos sociais considerados iletrados, pouco alfabetizados e

⁴ A partir da leitura de Chartier notamos como houve uma circulação do conhecimento, registrado em diferentes modalidades de escritos, e que favoreceu a circulação do saber, algo que não ocorreu durante a Idade Média. Naquele período o conhecimento era entendido como “revelação divina”. No medievo, diferentemente da modernidade, o homem não era tido como o sujeito produtor do conhecimento, não era ele quem estabelecia e estudava as condições de produção do saber, pois esse era dado por Deus e não eram todos que podiam acessá-lo. Apenas o clero tinha acesso ao conhecimento sistematizado e era a partir de seus interesses e regulamentos que este saber podia circular ou não.

sem amplas possibilidades de leitura. Desse modo, demonstra as particularidades das leituras camponesas, apontando, por exemplo, as leituras religiosas, os livros de horas, os cânticos, contos, as coleções de livros de cordel (*Bibliothèque bleue*), livros de orações, dentre outros, como sendo, de acordo com os correspondentes do Abade Gregório, componentes da biblioteca rural.

Há em Chartier a intenção de desconstruir uma noção tradicional que tende a afirmar que só há um tipo de leitura possível, universal e decisivamente dada, e que condicionaria todos a uma mesma significação. Nessa visão, o sujeito leitor só segue aquele modelo de interpretação imposto pelo livro, não criando seus próprios meios de compreender e ler determinada obra. Portanto, o leitor nada mais seria do que um agente passivo às intenções do autor e do editor. É justamente a este tipo de compreensão que Certeau também se opõe, pois de acordo com ele “[...] não se pode admitir tal representação dos consumidores” (CERTEAU, 2011: 237), tendo em vista que tanto ele quanto Chartier buscam identificar e afirmar a prática de leitura como algo multifacetado, não obediente a uma ordem ou modelo compreensivo que se materializa na escrita do texto. A sociedade contemporânea, além de hierarquizar as atividades de ler e escrever, sanciona a ideia de que “escrever é produzir o texto; ler é recebê-lo de outrem sem marcar aí o seu lugar, sem refazê-lo” (CERTEAU, 2011: 240).

O escritor espanhol Fernando de Rojas⁵ acredita que as diferentes recepções do seu texto (“*Celestina*”) ocorreram a partir das operações protagonizadas pelos próprios leitores já que eles lançam mão de diferentes formas de ler. Aponta ainda que esses protocolos de leitura são influenciados por aspectos como a faixa etária, além do fato de alguns leitores “[...] não saberem lê-la e outros por não quererem ou não o poderem fazer. Também se diferenciam de acordo com os usos bem distintos feitos do mesmo texto” (CHARTIER, 1990: 122).

Certeau entende que nas sociedades modernas o escrito assume uma importante autoridade na medida em que ele substitui um conjunto de práticas e costumes. Nesse processo houve a supremacia da lei abstrata no lugar do costume, assim como a autoridade tradicional foi substituída pelo Estado e o indivíduo passou a ser predominante em relação ao grupo. Segundo ele

⁵ Cf. as impressões e reflexões deste autor acerca dos processos de leitura e recepção de sua obra “*Celestina*”, publicada pela primeira vez em 1499, na cidade de Burgos. CHARTIER, Roger. Op. cit. pp. 121-122.

*[...] a ideia de uma produção da sociedade por um sistema “escriturístico” não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se **imprimir** (grifo no original) pelo texto e como o texto que lhe é imposto (CERTEAU, 2011: 238).*

A leitura pode ser considerada como uma prática autônoma que não depende das intenções dos fazedores de livros, pois há uma inventividade intrínseca ao próprio ato de ler. Todavia, deve-se ter em vista também que o leitor é sempre pensado por aqueles que manufaturam o livro, seja o autor ou editor, e estes visam construir um sentido único na sua obra de modo que ele seja seguido, assimilado e interiorizado pelo leitor. Chartier opõe-se a tal ideia afirmando que “a aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares” (CHARTIER, 1990: 137) e, deste modo, “abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irreduzível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la” (Id., *ibid.*: 123). É necessário verificar as estratégias pelas quais os autores e editores tentam imprimir ao texto uma leitura direcionada, única, podendo essas serem dadas explícita ou implicitamente através do prefácio, das notas ou outras espécies de maquinaria que marcam um tipo de compreensão que se deseja impor.

Ler é prática diversa e uma das suas formas de expressão se dá através da leitura coletiva, muito comum ao longo do século XVI ao XVII, realizadas em praças públicas, salões, cafés e outros espaços coletivos. Nesses espaços “[...] a palavra propõe o escrito aos que poderiam lê-lo” (CHARTIER, 1990: 124). Ou seja, é através do leitor que o texto se expressa, ele é responsável por interpretar os personagens, por variar o tom de voz em determinados momentos, enfim, por atrair a atenção daqueles que estão na posição de ouvintes, mas que nem por isso são meros sujeitos passivos, podendo se expor ao opinar sobre determinados trechos ou sobre a própria interpretação do leitor. Além disso, ao final era possível que adquirissem compreensões distintas sobre o que foi lido, havendo a possibilidade dessas interpretações serem destoantes das pretendidas pelo autor do texto.

Fernando de Rojas afirma ainda que outro motivo que pode ter levado os leitores de seu texto a atribuírem diferentes compreensões ao mesmo foi a ação dos impressores. Essa atividade exemplifica a distinção entre a escrita de um livro e a fabricação do mesmo, pois “os livros não são de modo nenhum escritos. São manufacturados por escribas e outros artesãos,

por mecânicos e outros engenheiros, e por impressoras e outras máquinas” (CHARTIER, 1990: 126). Assim, há não só as intenções do autor, mas também as do trabalho editorial, podendo essas intencionalidades serem destoantes e conflituosas entre si, já que podem não possuir o mesmo fim.

Um exemplo seria o livro de cordel, destinado a uma leitura popular, mas cujo processo de edição que sofre acaba por diferenciá-lo dessa característica. Esse tipo de texto evidencia também a intenção do processo de edição do texto em direcionar o leitor através de inúmeros recursos para uma leitura única. Assim, o processo editorial é orientado pela representação que os editores possuem dos leitores populares⁶. Representação⁷ essa que é construída e “[...] embora aspire à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990: 17). Com isso é formada a imagem desses indivíduos como seres que não possuem qualquer familiaridade com o livro e que, portanto, necessitam de textos simplificados para que possam compreender o sentido do mesmo.

Assim, o processo de edição dos livros de cordel é direcionado pelas competências e expectativas atribuídas aos leitores populares através das representações existentes desses. De modo que eram suprimidas partes dos livros, simplificados alguns trechos para se adequarem a esse tipo de leitor e também atenderem as exigências da religião. A vontade de moralização da Igreja cristã censurava partes dos textos que eram tidas como sacrilégios, termos blasfematórios e inconvenientes⁸. Acredita-se que “[...] essa leitura rudimentar pode suportar as imperfeições deixadas nos textos devido às suas condições de fabrico, apressadas e baratas” (CHARTIER, 1990: 130).

⁶ “As leituras correntes das gentes dos campos são desqualificadas pelos que as relatam a Gregório, porque, longe de instruir e de ajudar, de informar e de despertar, alimentam preconceitos e superstições bem vivos”. Cf. CHARTIER, Roger. Op. cit., p. 155.

⁷ Esta é uma das discussões centrais no pensamento de Chartier, tendo em vista que ele abre um debate sobre os diferentes modos através dos quais distintos grupos presentes nas sociedades constroem imagens para representarem-se. Através deste conceito ele reflete sobre uma luta de representações que existe no seio das sociedades e que se dá a partir do momento em que um grupo constrói uma imagem para si em relação a outro grupo social. Esta representação é forjada através de uma lógica de dominação e subordinação de um grupo pelo outro e estas lutas de representação são, para ele, tão importantes quanto as lutas econômicas, pois são os efeitos e os jogos de poder tecidos nessas lutas que propiciam a divisão social dos grupos e os modos distintos que são construídos para garantir a convivência social.

⁸ Havia um tabu com relação ao corpo, ao prazer ou a qualquer questão relacionada com sexualidade ou o erotismo e, por isso mesmo, quaisquer trechos que fizessem referência a estes temas eram excluídos.

No entanto, esses livros de cordel mesmo direcionando os “*leitores inábeis*” para que compreendessem a obra de determinada forma não impediam que esses leitores fizessem uma interação desse texto com outras informações de textos já acessados e memorizados anteriormente. A partir disso podemos pensar como o ato de ler pode ser enxergado de outro modo, na medida em que “[...] não é apenas poder decifrar um único livro, mas mobilizar, com utilidade ou por prazer, as múltiplas riquezas da cultura escrita” (Id., *ibid.*: 151), pois a articulação do texto lido com outros registros⁹ orais ou textuais memorizados poderiam servir a outros interesses e não necessariamente às funções que o texto tenderia a permitir e nisso existe a possibilidade de confrontar, deslegitimar e desobedecer ao sentido pensado pelo autor.

Chartier e Certeau pensaram a prática de leitura articulada a uma atividade política também, onde jogos de poder configuram-se e dão o tom de como são permitidas determinadas formas de compreensão e circulação do conhecimento. O híbrido poder/saber está sempre articulado e, neste sentido, os sujeitos leitores necessitam elaborar possibilidades de circular nas esferas sociais conduzindo seus objetivos, seus modos de ler e os mundos socialmente constituídos onde eles habitam.

Tanto Chartier quanto Certeau levantam preocupações e análises acerca da leitura que podem ser sintetizadas a partir deste problema: considerando os diferentes modos de ler e os distintos protocolos de leitura apontados pelos textos e pelas condições sociais em que eles são lidos (ou dados a ler) onde estaria localizado o sentido do texto?

Para responder a esta questão é importante lembrar que ambos atribuem um estatuto diferente para o próprio sujeito leitor. Ele não é pensado como passivo, mero receptor e reproduzidor das intenções e representações contidas nos textos. Para Certeau “a leitura é um aspecto parcial do consumo, mas fundamental” (Id., *ibid.*: 239) justamente por enxergar nela uma inventividade e um traço de criação presente nas ações cotidianas vividas por homens e mulheres diariamente.

[...] as pesquisas consagradas a uma psicolinguística da compreensão distinguem, na leitura, “o ato léxico” do “ato escriturístico”. Mostram que a criança

⁹ Esse processo mais uma vez sugere a existência de leituras múltiplas, contrastantes seja na forma como é realizada, silenciosa ou em voz alta, privada ou em praça pública, individual ou coletiva e etc., ou também nos significados atribuídos ao texto e nos fins pretendidos ao realizar a leitura dele.

*escolarizada aprende a ler **paralelamente** (grifo no original) à sua aprendizagem da decifração e não graças a ela: ler o sentido e decifrar as letras correspondem a duas atividades diversas, mesmo que se cruzem. Noutras palavras, somente uma memória cultural adquirida de ouvido, por tradição oral, permite e enriquece aos poucos as estratégias de interrogação semântica cujas expectativas a decifração de um escrito afina, precisa ou corrige. Desde a leitura da criança até a do cientista, ela é precedida e possibilitada pela comunicação oral, inumerável “autoridade” que os textos não citam quase nunca (CERTEAU, 2011: 240).*

A importância que Certeau atribui à oralidade marca fortemente a crítica que ele faz a sociedade moderna devido à importância conferida por essa ao escrito em detrimento da comunicação oral, evidenciando a relevância que ela tem no processo de desenvolvimento da própria escrita e leitura. Seu pensamento possibilita o rompimento da dicotomia estabelecida entre uma elite letrada e a tradição oral, não necessariamente iletrada, que teve seu espaço cada vez mais reduzido com a tendência que a modernidade fortaleceu em prol do escrito¹⁰. A leitura, para Certeau, não é compreendida apenas como a decifração de textos escritos. Para ele o ato de assistir à televisão¹¹, por exemplo, é considerado também uma atividade de leitura.

O sentido é construído a partir da interação do texto escrito com a herança oral do sujeito. É a experiência e os contatos sociais que possibilitam a construção do sentido do texto.

[...] esta perspectiva leva a observar quão insatisfatórias são as abordagens que consideram o acto de ler como uma relação transparente entre o texto – apresentado como uma abstração, reduzido ao seu conteúdo semântico, como se existisse fora dos objetos que o oferecem à decifração – e o leitor – também ele abstrato, como se as práticas através das quais ele se apropria do texto não fossem histórica e socialmente variáveis (CHARTIER, 1990: 25).

¹⁰ Chartier refletiu sobre a relação entre cultura escrita e Estado moderno e aponta como essa cultura do escrito foi assimilada por esse, que criou um conjunto de políticas estudantis que definiram as diretrizes da formação dos agentes que iriam servir ao Estado. Todavia, ele mostra também como a tradição oral resistiu a este processo. “Se é legítimo associar o desenvolvimento do Estado moderno ao recurso crescente ao escrito (primeiro o manuscrito, depois o impresso) na administração dos homens e das coisas, é também necessário sublinhar vigorosamente que essa ligação se opera segundo modalidades específicas, que não são as dos Estados contemporâneos, encontrando resistências por parte das antigas maneiras de pensar e de mostrar o poder”. Cf. CHARTIER, Roger. Cap. VIII. Op., cit. p. 219.

¹¹ Outro autor que também pensou sobre o ato de ler a televisão foi o sociólogo francês Edgar Morin. Cf. MORIN, Edgar. *A televisão pode ser educativa?* In. PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide R. S.; PETRAGLIA, Izabel. Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação. São Paulo: Cortez, 2001.

O sentido não é algo já dado e finalizado, mas algo que pode ser construído no próprio ato de ler. Chartier afirma que “[...] é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação” (Id., *ibid.*, p. 24). Um mesmo texto é lido por diferentes leitores, em lugares e temporalidades distintas e por essa razão ganha sentidos diferenciados. No entanto, um mesmo texto pode ser lido em um mesmo período de tempo por diferentes indivíduos que também atingirá significados distintos, pois cada sujeito é um leitor e cada leitor opera de modo específico na construção de sentido.

Por longo tempo foi preservada a ideia de que o sentido estava latente no texto e que era irreversivelmente posto ali pelo autor, não sendo possível desarticulá-lo, minimizá-lo, reconstruí-lo. Era como se houvesse um “tesouro” escondido no texto e que o leitor deveria procurá-lo, buscá-lo e compreendê-lo, ao passo em que era esse “achado” que conferia inteligência ao leitor, que atribuía a ele o estatuto de sujeito cognoscente. No entanto, as pesquisas de Chartier e Certeau apontam uma direção consideravelmente oposta para pensar o sentido e o seu processo de construção.

*Essa ficção do “tesouro” escondido na obra, cofre-forte do sentido, não tem evidentemente como base a produtividade do leitor, mas a instituição social que sobredetermina a sua relação com o texto. A leitura fica de certo modo obliterada por uma relação de forças (entre mestres e alunos ou entre produtores e consumidores), das quais ela se torna o instrumento. [...] Deste ponto de vista, o sentido “literal” é o sinal e o efeito de um poder social, de uma elite. Oferecendo-se a uma leitura plural, o texto se torna uma arma cultural, uma reserva de caça, o pretexto de uma lei que legitima, como “literal”, a interpretação de profissionais e de clérigos **socialmente** (grifo no original) autorizados (CERTEAU, 2011: 243).*

É possível o controle da circulação de determinados tipos de publicações e impressos, como foi apontado por Chartier quando apresenta os tabus da Igreja católica em relação a alguns temas que podiam aparecer nas publicações acessadas pelas comunidades camponesas. É possível controlar a demanda de algumas obras, tipos de livros e etc., mas a elite não pode controlar os significados que estes produtos culturais terão para aqueles sujeitos que as lerem. Há, efetivamente, uma margem de autonomia do leitor na construção de outras imagens, representações e sentidos para o mundo social e para os textos que não estão, necessariamente, ligados com os objetivos dos editores, impressores ou autores.

*Se, portanto, “o livro é um efeito (uma construção) do leitor”, deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de **lectio**, produção própria do “leitor”. Este não toma nem o lugar nem um lugar de autor. Inventar nos textos outra coisa*

que não aquilo que era a “intenção” deles. Destaca-se de sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria algo não sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade de significações (CERTEAU, 2011: 241).

A fragmentação da produção de um texto é vasta ao ponto que essa “[...] partilha das tarefas na qual os autores não têm o papel principal” (CHARTIER, 2010: 21). O que evidencia o papel secundário do autor no texto em detrimento aquele desempenhado pelo editor, sendo esse responsável por modificações, acréscimos ou exclusões de trechos que não condizem com as alterações pretendidas pelo autor, sendo essas destoantes da finalidade pretendida por ele.

É na criatividade cotidiana, nas ações não planejadas, mas que surtem efeitos específicos, silenciosos, bem como é ao mesmo tempo em que burlam e golpeiam as estratégias de dominação que os leitores caçam furtivamente novos significados e constroem novos saberes. Deste modo, tanto Michel de Certeau quanto Roger Chartier perceberam, primordial e essencialmente, o grau de inventividade e criatividade dos homens comuns. Seus textos, suas análises, constroem novos modos de olhar e se sensibilizar diante da experiência humana e sua dimensão fundamentalmente criativa. Localizam suas análises dentro de sociedades onde os jogos de poder tendem a estabelecer processos de dominação, subjugação e controle social. No entanto, desenvolveram a capacidade de buscar no passado os gestos e as formas que os sujeitos encontraram para demarcar lugares sociais distintos e imprimirem nas diferentes produções culturais as suas particularidades.

*A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde **outra produção** (grifo no original), qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosamente e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 2011: 39).*

Certeau nos convida a pensar os homens comuns, os leitores de que tratamos neste texto. O modo como se opera a apropriação ou o consumo cultural marca as particularidades e os mecanismos próprios que esses homens usam para burlar, golpear e driblar os interesses e as malhas de poder que os envolvem diariamente através dos produtos culturais que acessam. No programa de televisão, no livro de sala de aula ou de cabeceira estão cristalizadas marcas de interesse e a instituição de desejos de dominar, controlar, determinar lugares fixos na

sociedade. Mas por trás desses “*dispositivos sociopolíticos*”, como assim os chama Certeau, “[...] por trás do cenário teatral dessa nova ortodoxia se esconde (como já acontecia ontem), a atividade silenciosa, transgressora, irônica ou poética de leitores (ou telespectadores) que sabem manter sua distância da privacidade e longe dos ‘mestres’” (CERTEAU, 2011: 244).

Pensar deste modo as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes nem radicalmente aculturantes os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e normas. O acto de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los (CHARTIER, 1990: 136).

Neste artigo buscamos desenvolver e apontar um conjunto de reflexões e aportes com fins propedêuticos, tendo em vista a ampla variedade de respostas e possibilidades de interpretação e compreensão que podem ser desenvolvidas no que diz respeito às questões aqui levantadas. Com isso, nossa intenção foi sistematizar e articular algumas ideias e modos de ler as contribuições de dois importantes historiadores culturais. Nesse sentido, a leitura foi alvo de nosso debate e a partir das reflexões tecidas podemos pensar um novo estatuto para o sujeito leitor. É possível compreender e enxergar como em uma sociedade controlada, tecnologizada e burocratizada os diferentes sujeitos traçam distintos modos de interação e de desvio das normas e dos mecanismos de controle vigentes, estejam estes sistemas materializados em objetos visivelmente colocados ou a partir de formas mais sutis como a leitura, por exemplo. O leitor, mas o homem comum de modo geral, é, em síntese, um autor, um construtor da sua própria história. É um agente que burla e golpeia, um poeta dos gestos, das palavras e das ações cotidianas que tece, continuamente, as redes de sociabilidade através das quais escreve, silenciosamente, as páginas de sua própria história.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **“Introdução geral”**; **“Ler: uma operação de caça”**. In. A invenção do cotidiano. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 17ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011, pp. 37-51; 236-248.

CHARTIER, Roger & ROCHE, Daniel. **O livro: uma mudança de perspectiva**. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1974.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Tradução de Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **Escutar os mortos com os olhos**. Revistas USP. v. 24, n. 69 (2010). Disponível em: <http://revistas.usp.br/eav/article/view/10510/12252>. Acesso em 05 de mar. 2013 às 00h22.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em 02 de mar. 2013 às 00h21.

MORIN, Edgar. **A televisão pode ser educativa?** In. PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide R. S.; PETRAGLIA, Izabel. Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação. São Paulo: Cortez, 2001.